



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Secretaria de Administração - SA
Departamento de Recursos Materiais – DRM
Divisão de Compras

Termo de Referência DRM DIC 2026 007

O presente termo de referência, na forma do inciso XXIII do artigo 6º da LEI Nº 14.133/2021, contém os “*parâmetros e elementos descritivos*” necessários ao balizamento para aquisição de material gráfico para atender unidades administrativas e judiciárias do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte.

Elaborado por:

**ANTÔNIO LISBOA JALES
BERNARDO CAMPOS CAVALCANTI
CAMILA FREITAS DE MACEDO**

Processo Sigajus 04101.33795 2026-56

NATAL / RN

[maio 2026]

1 DA DEFINIÇÃO DO OBJETO (alínea “a” do inciso XXIII do artigo 6º da LEI Nº 14.133/2021):

Selecionar empresas para assinatura de atas de registro de preços para fornecimento futuro de material gráfico, para atender unidades administrativas e judiciárias do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte, nos tipos, quantidades e especificações apresentados no Anexo I deste Termo de Referência.

1.1 Da caracterização do objeto como serviço comum:

Nos termos do inciso XIII do artigo 6º da LEI Nº 14.133, de 1º de abril de 2021, os materiais que se intenta contratar são considerados comuns, posto que os padrões de desempenho e qualidade serão “*objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado*”, com base nas informações constantes deste termo de referência;

1.2 Do enquadramento do Sistema de Registro de Preço

O Sistema de Registro de Preço será adotado em consonância com o inciso I do artigo 3º do decreto nº 11.462, de 31.03/2023, haja vista que pelas características do objeto, necessitamos de contratações permanentes ou frequentes

1.3 Da ata de registro de preço

As Atas de Registro de Preços oriundas da licitação terão validade de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado, por igual período, renovando integralmente os quantitativos registrados, para todos os itens, mediante anuência do fornecedor, desde que se comprove o preço vantajoso, na forma do art. 84 da Lei nº 14.133, de 2021, e Art. 22 do Decreto nº 11.462, de 2023.

1.4 Da não previsão de cota exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte: Quanto à previsão de cota reservada para microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006, optou-se por não adotar tal benefício no presente certame em razão das particularidades da contratação por Sistema de Registro de Preços. A instituição de cota reservada poderia resultar na existência de mais de um fornecedor para o mesmo item, ocasionando maior complexidade na gestão e fiscalização das atas de registro de preços, bem como dificuldades operacionais no controle das aquisições e no acompanhamento da execução contratual. Além disso, tal medida poderá comprometer a padronização dos materiais a serem fornecidos, com potenciais diferenças de marcas, modelos e especificações entre fornecedores distintos para o mesmo item. Dessa forma, visando assegurar maior eficiência administrativa, padronização dos materiais e melhor gerenciamento das futuras contratações decorrentes da ata, afasta-se motivadamente a aplicação da cota reservada, sem prejuízo da ampla participação das microempresas e empresas de pequeno porte na licitação.

2 **DO FUNDAMENTO DA CONTRATAÇÃO** (alínea “b” do inciso XXIII do artigo 6º da LEI Nº 14.133/2021):

O presente termo de referência está fundamentado nos conceitos e informações constantes do documento de **Estudos Técnicos Preliminares DRM DIC 2026 007**, que foi acostado aos autos do processo Sigajus 04101.33795 2026-56.

3 **DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO** (alínea “c” do inciso XXIII do artigo 6º da LEI Nº 14.133/2021):

Contratação de empresa para fornecimento futuro de material gráfico, para atender unidades administrativas e judiciárias do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte, nos tipos, quantidades e especificações apresentados no Anexo I deste Termo de Referência.

4 **DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO** (alínea “d” do inciso XXIII do artigo 6º da LEI Nº 14.133/2021):

Para fins de habilitação quanto à QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, a licitante deverá apresentar atestado ou declaração de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, demonstrando o fornecimento de materiais compatíveis com o objeto da contratação.

Tal documento servirá para que a contratante tenha conhecimento se a licitante possui qualificação técnica profissional e/ou operacional para executar o objeto indicado no edital. Sua finalidade é, também, a de demonstrar que a licitante atuou no ramo pertinente ao objeto.

a) Os atestados deverão comprovar fornecimento de, no mínimo, 10% da quantidade prevista para os itens de maior relevância em cada grupo, quais sejam: Grupo 1- item1;

4.1 Nos termos do artigo 15 da LEI Nº 14.133/2021, é vedado a participação de empresas em consórcio. E essa vedação, **que não limitará a competitividade do certame licitatório**, é plenamente justificada tanto pelo tipo e simplicidade do objeto desejado. Admitir a participação de empresas em consórcio só traria maior complexidade ao processo licitatório, sem contrapartida que justificasse esse ônus, não se revelando vantajoso para a Administração.

4.2 O futuro contratado responderá pela qualidade dos produtos fornecidos, ainda que não os fabrique, obrigando-se a substituir, às suas expensas, no todo ou

em parte, os produtos em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte;

5 DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (alínea “e” do inciso XXIII do artigo 6º da LEI Nº 14.133/2021):

5.1 Do prazo para realização da entrega dos bens: A contratada se obrigará a realizar a entrega dos bens **no prazo de até 30 dias corridos**, contados do dia útil seguinte ao recebimento, por e-mail, da respectiva NOTA DE EMPENHO;

5.1.1 Esse prazo poderá, mediante solicitação escrita da contratada e a exclusivo critério do titular da Divisão de Compras do Contratante, ser prorrogado por mais 10 dias úteis, estabelecendo-se que:

5.1.1.1 Caso se veja impossibilitada de cumprir o prazo estipulado para a entrega dos bens, a contratada deverá apresentar à Seção de Almoxarifado do Contratante, por mensagem eletrônica para almoxarifado@tjrn.jus.br, até 10 dias úteis antes da data de vencimento inicialmente fixada, pedido de prorrogação acompanhado de justificativa escrita fundamentada;

5.1.1.2 Vencido prazo inicial ou da eventual prorrogação, sem que os bens tenham sido entregues, caracterizar-se-á a recusa do cumprimento da obrigação pactuada e, por conseguinte, ficará a contratada sujeita às penalidades previstas no edital do respectivo certame.

5.2 Do local para entrega dos bens: em função da unidade demandante, os materiais deverão ser entregues em um dos prédios abaixo, sempre na capital do Estado do Rio Grande do Norte:

UNIDADE DEMANDANTE	Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte	Escola da Magistratura do Rio Grande do Norte - ESMARN
LOCAL PARA ENTREGA	Seção de Almoxarifado do Departamento de Recursos Materiais do TJRN	Escola da Magistratura do Rio Grande do Norte - Esmarn
ENDEREÇO PARA ENTREGA	Rua Elizabeth, nº 16, Dix-Sept Rosado, Natal/RN. CEP 59054-120.	Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, 999, Candelária, Natal/RN. CEP 59065-555
TELEFONE PRA CONTATO	(84) 3673-9285	(84) 3215-1866

5.3 Do recebimento dos bens: O recebimento dos bens respeitará os seguintes procedimentos:

5.3.1 Recebimento provisório, no momento da entrega, depois de simples conferência dos tipos e quantidades entregues;

- 5.3.2 **Recebimento definitivo**, após verificação da conformidade dos bens com as referidas especificações, realizada pela Seção de Almoxarifado, **no prazo máximo de dois dias úteis**, contados do recebimento provisório;
- 5.3.3 Na hipótese de se constatar que os bens entregues não atendem as especificações, poderá ser concedido novo prazo de até 10 dias úteis para que a contratada providencie a substituição;
- 5.3.4 O recebimento definitivo dos produtos não exclui a responsabilidade da Contratada quanto a vícios ocultos, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90).

6 DA MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (alínea "f" do inciso XXIII do artigo 6º da LEI Nº 14.133/2021):

- 6.1 **Da formalização da contratação:** Em virtude da natureza simplificada do objeto, a formalização da contratação se dará por meio da emissão de **NOTA DE EMPENHO DE DESPESA**, conforme possibilita o inciso II do artigo 95 da LEI Nº 14.133/2021;
- 6.2 **Da garantia:** Nos termos do artigo 96 da LEI Nº 14.133/2021, não será exigida prestação de garantia;
- 6.3 **São obrigações da contratada:** Sem prejuízo das disposições previstas em lei, são obrigações da Contratada, além de cumprir rigorosamente os termos de sua proposta, a qual se vincula totalmente, não sendo admitidas retificações, cancelamentos, quer sejam no preço ou nas condições estabelecidas:
- 6.3.1 Manter os seus empregados, por ocasião do fornecimento do objeto contratado, sujeitos às normas disciplinares do Contratante, porém, sem qualquer vínculo empregatício com o referido Órgão;
- 6.3.2 Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências do Contratante;
- 6.3.3 Manter os seus funcionários identificados por crachá, quando do fornecimento do objeto contratado, devendo substituir imediatamente qualquer um deles que seja considerado inconveniente à boa ordem e às normas disciplinares do Contratante;
- 6.3.4 Responder pelos danos causados direta ou indiretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a entrega do objeto contratado, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou ao acompanhamento pelo Contratante;
- 6.3.5 Arcar com despesa decorrente de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus funcionários no recinto do Contratante;

- 6.3.6 Comunicar imediatamente ao Contratante qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária, e-mail ou telefone, indicados na respectiva proposta;
- 6.3.7 Prover todos os meios necessários à garantia do pleno fornecimento dos materiais, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
- 6.3.8 Não poder alegar, como motivo de força maior para justificar o atraso no fornecimento dos produtos, a eventual ruptura de seu estoque;
- 6.3.9 Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o Contratante;
- 6.3.10 Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no decorrer do fornecimento dos produtos ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência do Contratante;
- 6.3.11 Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionadas ao fornecimento dos produtos, originariamente ou vinculados por prevenção, conexão ou continência;
- 6.3.12 Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução deste instrumento;
- 6.3.13 Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação;
- 6.3.14 Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do Contratante ou de terceiros, que tomar conhecimento em razão da execução do contrato, devendo orientar seus profissionais nesse sentido.

6.4 **São obrigações do Contratante:**

- 6.4.1 Acompanhar e fiscalizar o correto recebimento dos bens, emitindo os respectivos termos de recebimento provisório e definitivo, na forma e tempo deste termo de referência;
- 6.4.2 Aplicar à contratada as sanções regulamentares e contratuais, quando for o caso, comunicando de imediato as ocorrências de quaisquer fatos que exijam imediatas corretivas por parte da contratada;

- 6.4.3 Comunicar à contratada, de imediato, qualquer irregularidade constatada na execução do contrato, exigindo adoção das providências necessárias;
- 6.4.4 Efetuar o pagamento à contratada, de acordo com as condições estabelecidas no contrato.
- 6.5 **Das sanções:** Se a contratada inadimplir as obrigações assumidas, no todo ou em parte, ficará sujeita a penalidades, nos seguintes termos:
- 6.5.1 Com base na Lei nº 14.133, de 2021, comete infração administrativa, a contratada que:
- 6.5.1.1 Der causa à inexecução parcial do Contrato;
 - 6.5.1.2 Der causa à inexecução parcial do Contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - 6.5.1.3 Der causa à inexecução total do Contrato;
 - 6.5.1.4 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - 6.5.1.5 Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do Contrato;
 - 6.5.1.6 Praticar ato fraudulento na execução do Contrato;
 - 6.5.1.7 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - 6.5.1.8 Praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 6.5.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- 6.5.2.1 **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar imposição de penalidade mais grave (artigo 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
 - 6.5.2.2 **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos subitens "6.5.1.2", "6.5.1.3" e "6.5.1.4" deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (artigo 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
 - 6.5.2.3 **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos subitens "6.5.1.5", "6.5.1.6", "6.5.1.7" e "6.5.1.8" deste Contrato, bem como nos subitens "6.5.1.2".
 - 6.5.2.4 "6.5.1.3" e "6.5.1.4", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (artigo 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021);
 - 6.5.2.5 **Multa:**
 - 6.5.2.5.1 Moratória de 0,50% por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 dias;
 - 6.5.2.5.2 Compensatória, para as infrações descritas nos subitens "6.5.1.5" a "6.5.1.8", de 1,00% a 30,00% do valor do Contrato;
 - 6.5.2.5.3 Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista no subitem "6.5.1.3", de 2,00% a 30,00% do valor do Contrato;

- 6.5.2.5.4 Para infração descrita no subitem "6.5.1.2", a multa será de 2,00% a 30,00% do valor do Contrato;
- 6.5.2.5.5 Para infrações descritas no subitem "6.5.1.4", a multa será de 0,50% a 30,00% do valor do Contrato;
- 6.5.2.5.6 Para a infração descrita no subitem "6.5.1.1", a multa será de 2,00% a 30,00% do valor do Contrato.
- 6.6 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (artigo 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 6.7 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (artigo 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 6.7.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (artigo 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 6.7.2 Os instrumentos de defesa prévia e de recursos eventualmente interpostos pela CONTRATADA deverão ser instruídos com os documentos hábeis à prova das alegações neles contidas.
- 6.7.3 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (artigo 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 6.7.4 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 6.8 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do artigo 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;
- 6.9 Na aplicação das sanções serão considerados (artigo 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
- 6.9.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 6.9.2 as peculiaridades do caso concreto;
- 6.9.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 6.9.4 os danos que dela provierem para o Contratante;
- 6.9.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 6.10 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (artigo 156, §9º, da Lei nº 14.133/21);
- 6.11 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e

julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (artigo 159);

- 6.12 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada com base no artigo 160, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 6.13 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (artigo 161, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 6.14 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do artigo 163 da Lei nº 14.133/21;
- 6.15 O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas contratuais autoriza o TRIBUNAL a promover a extinção do Contrato, conforme dispõe o inciso I do artigo 137 da Lei Federal n. 14.133, de 2021.

7 DO PAGAMENTO (alínea "g" do inciso XXIII do artigo 6º da LEI Nº 14.133/2021): Os pagamentos serão efetuados respeitando os seguintes prazos e condições:

- 7.1 **Das condições para pagamento:** Para que o pagamento possa ser efetuado, a contratada se obriga a fornecer, acompanhados das NOTA FISCAL/FATURA, os documentos abaixo listados:
 - 7.1.1 Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal** (Certidão Quanto à Dívida Ativa da União e Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais);
 - 7.1.2 Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual** (Certidão Quanto a Dívida Ativa do Estado e Certidão Negativa de Débitos Estaduais);
 - 7.1.3 Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal** (Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Municipal) ou outra equivalente na forma da Lei, do domicílio ou sede da empresa licitante;
 - 7.1.4 Prova de regularidade relativa à **Seguridade Social (CND do INSS), emitida pela Receita Federal;**
 - 7.1.5 Prova de regularidade relativa ao **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço**, FGTS (Certidão de Regularidade do FGTS), emitida pela Caixa Econômica Federal;
 - 7.1.6 Prova de **Regularidade Trabalhista:** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT (Lei 12.440/2011);

7.1.7 Nos documentos acima listados devem, obrigatoriamente, constar o mesmo CNPJ, a mesma razão social e o mesmo endereço da empresa participante do certame, observadas as demais disposições contidas em Edital.

7.2 **Do prazo para pagamento:** Na forma do artigo 141 da LEI Nº 14.133/2021 e desde que inteiramente atendido todo o disposto no ITEM 7.3 "DAS CONDIÇÕES PARA PAGAMENTO", os pagamentos se darão conforme disposto na RESOLUÇÃO N.º 15-TJ, DE 09 DE MAIO DE 2018, que regula, no âmbito do Poder Judiciário do Rio Grande do Norte, a ordem cronológica para pagamento de contratados, cópia anexa;

7.3 **Da atualização do valor a pagar, no eventual atraso do pagamento:** No caso da não efetivação do pagamento no prazo acima estabelecido, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, serão devidos pelo Contratante encargos moratórios, que serão calculados pela aplicação da seguinte fórmula:

EM = i x N x VNF, onde:

EM são os encargos moratórios devidos;

N é número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VNF é valor da Nota Fiscal/Fatura;

i é o índice diário de compensação financeira, calculado com base na média aritmética simples do INPC (IBGE) e do IGPDI (FGV), dos últimos doze (12) meses, dividida por 365, cuja fórmula é: **$i = [(\text{INPC} + \text{IGPDI}) / 2] / 365$**

7.3.1 O valor dos encargos moratórios será simetricamente arredondado para duas casas decimais;

7.3.2 Na hipótese de extinção de um desses índices (INPC e IGPDI), será utilizado o índice que vier a substituí-lo.

8 DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (alínea "h" do inciso XXIII do artigo 6º da LEI Nº 14.133/2021):

8.1 **Da apresentação das propostas:** Na proposta deverá constar, no mínimo, razão social, CNPJ, endereço, telefone, endereço eletrônico (e-mail) e dados bancários;

8.2 **Do critério para seleção do fornecedor:** Consoante permitido pelo inciso I do artigo 33 da LEI Nº 14.133/2021, sugere-se que o certame licitatório seja realizado por meio de **PREGÃO ELETRÔNICO**, utilizando o **MENOR PREÇO POR GRUPO** como

critério para seleção do fornecedor, a ter os seus preços registrados em ata, para futuras aquisições com despesas respaldadas em **EMPENHOS ORDINÁRIOS**.

8.3 Da utilização do menor preço por grupo: A adoção do critério de julgamento pelo menor preço por grupo mostra-se mais vantajosa para a Administração, uma vez que os itens agrupados possuem natureza correlata e complementar, permitindo ganhos de escala, maior eficiência na gestão das atas e racionalização dos procedimentos de fiscalização e recebimento.

Ademais, a contratação por grupo tende a tornar o certame mais atrativo ao mercado fornecedor, ampliando a competitividade e possibilitando a obtenção de propostas mais vantajosas, em razão da concentração do fornecimento em um único adjudicatário para o grupo. Tal medida contribui para a redução de custos operacionais, minimiza riscos de descontinuidade decorrentes da contratação de múltiplos fornecedores e assegura maior uniformidade na execução do objeto, observando os princípios da economicidade, eficiência e interesse público.

9 DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (alínea “i” do inciso XXIII do artigo 6º da LEI Nº 14.133/2021):

Consoante pesquisa de preços realizada na forma da INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 65/2021, cujo relatório e síntese foram acostados aos autos do processo Sigajus 04101. 33795 2026-56, na forma do artigo 23 da LEI Nº 14.133/2021, o valor estimado para aquisição dos bens é de R\$ 471.420,75 conforme abaixo detalhado:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	UNIDADE	QUANTIDADE TOTAL A REGISTRAR	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	ENVELOPE OFÍCIO, BRANCO, COM TIMBRE - PACOTE COM 50 UNIDADE	Envelope ofício, branco, com timbre, cor 1x0, medindo 22,9cm x 11,4cm, 75g - padrão.	PACOTE	3.525	R\$ 87,17	R\$ 307.274,25
	2	ENVELOPE SACO, MADEIRA OURO, COM TIMBRE, MÉDIO - PACOTE COM 50 UNIDADES	Envelope saco, madeira ouro, com timbre, cor 1x0, MÉDIO medindo 24,2cm x 33,6cm, 80g.	PACOTE	1.050	R\$ 156,33	R\$ 164.146,50
VALOR TOTAL DA PROPOSTA							R\$ 471.420,75

10 DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (alínea “j” do inciso XXIII do artigo 6º da LEI Nº 14.133/2021):

Considerando que as futuras aquisições se darão pelo sistema de registro de preços não se faz necessário as informações quanto a dotação orçamentária, tendo em vista que a indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil, nos termos do Artigo 17 do Decreto Federal 11.462, de 31 de março de 2023.

Natal, 04 de maio de 2026.

Camila Freitas de Macedo

Membro da Comissão criada por meio da
Portaria N° 234 /2025-TJ-SG
Matrícula 813.068-0

Antônio Lisboa Jales

Membro da Comissão criada por meio da
Portaria N° 234/2025-TJ-SG
Matrícula 162.593-4

Bernardo Campos Cavalcanti

Membro da Comissão criada por meio da
Portaria N° 234/2025-TJ-SG
Matrícula 162.962-0

ANEXO I – MATERIAL GRÁFICO

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	UNIDADE	QUANTIDADE TOTAL A REGISTRAR	QUANTIDADE A REGISTRAR TJRN	QUANTIDADE A REGISTRAR ESMARN
1	1	ENVELOPE OFÍCIO, BRANCO, COM TIMBRE - PACOTE COM 50 UNIDADE	Envelope ofício, branco, com timbre, cor 1x0, medindo 22,9cm x 11,4cm, 75g - padrão.	PACOTE	3.525	3.500	25
	2	ENVELOPE SACO, MADEIRA OURO, COM TIMBRE, MÉDIO - PACOTE COM 50 UNIDADES	Envelope saco, madeira ouro, com timbre, cor 1x0, MÉDIO medindo 24,2cm x 33,6cm, 80g.	PACOTE	1.050	1.000	50